

Asociación Uruguaya de Historia Económica (AUDHE)

Terceras Jornadas de Historia Económica

Montevideo, 9 al 11 de julio de 2003

Simposio N° 10

Nombre del simposio:

**EXPERIÊNCIAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL.**

Coordenadores:

Dinizar Fermiano Becker, UNISC/UNIVATES ([dinizar@dinizarbecker.ecn.br](mailto:dinizar@dinizarbecker.ecn.br)), Pedro Silveria Bandeira, UFRGS ([pedroban@orion.ufrgs.br](mailto:pedroban@orion.ufrgs.br)) y Walter Frantz, UNIJUÍ ([wfrantz@unijui.tcche.br](mailto:wfrantz@unijui.tcche.br)).

Título de la ponencia:

**O PROTAGONISMO CONTEMPORÂNEO NA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - A experiência recente dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul, Brasil.**

Autor(es): **Dinizar Becker**

Adscripción institucional:

Economista, Doutor pelo IE/UNICAMP e Pós-Doutor em Economia Política pela EEG - UMINHO, BRAGA, PORTUGAL. Professor dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e em Direito da UNISC. Professor da UNIVATES - Centro Universitário. Coordenador da Rede de Núcleos (ensino, pesquisa), Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Local-Regional no Rio Grande do Sul – REDENEP-RS. Presidente do Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul - COREDES-RS

Correo electrónico: [dinizar@dinizarbecker.ecn.br](mailto:dinizar@dinizarbecker.ecn.br)

**O PROTAGONISMO CONTEMPORÂNEO NA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**  
**A experiência recente dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do  
Rio Grande do Sul, Brasil.**

**Dinizar Becker<sup>1</sup>**

O fenômeno da globalização teve como um de seus efeitos a renovada importância do local e uma tendência para estimular culturas regionais (Kumar, 1997, p.132). É em função desse estímulo aos valores culturais acumulados regionalmente, ou do “capital social” regional existente, que algumas regiões conseguem responder positiva e ativamente aos desafios regionais da globalização contemporânea, construindo seus próprios modelos de desenvolvimento. Para tanto, conseguem desenvolver suas potencialidades e aproveitar as oportunidades decorrentes da dinâmica global de desenvolvimento. Ao combinarem eficientemente o desenvolvimento de suas potencialidades locais com o aproveitamento eficaz das oportunidades globais oferecidas pelo processo de desenvolvimento contemporâneo, constituem uma dinâmica própria regional. Isso só é possível abrindo caminhos para a crescente “participação social no processo de decisão e construção regional, garantindo a adaptação rápida às constantes mudanças provenientes do dinamismo global” (Leite, 1994, p. 26) do desenvolvimento contemporâneo. Assim, os distintos processos de desenvolvimento regional passaram, de uma hora para outra, a depender diretamente das diferentes dinâmicas de envolvimento social das comunidades na resolução dos conflitos e contradições do desenvolvimento passado e nas definições dos rumos do desenvolvimento futuro. Um dos muitos exemplos desses novos tempos são os Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul – COREDES-RS. Contextualizar essa experiência de organização social do desenvolvimento regional no processo de transformações recentes é o objetivo do artigo.

### **Introdução**

O fenômeno da globalização teve como um de seus efeitos a renovada importância do local e uma tendência para estimular culturas regionais (Kumar, 1997, p.132). Esse inesperado interesse do capitalismo “pelas particularidades do local, localidade, heranças e história coincidem com a renovação global do reconhecimento, pelo capitalismo, da importância...” (Kumar, 1997, p.197), das regiões de desenvolvimento contemporâneo.

---

<sup>1</sup> Economista, Doutor pelo IE/UNICAMP e Pós-Doutor em Economia Política pela EEG - UMINHO, BRAGA, PORTUGAL. Professor dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e em Direito da UNISC. Professor da UNIVATES - Centro Universitário. Coordenador da Rede de Núcleos (ensino, pesquisa), Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Local-Regional no Rio Grande do Sul – REDENEP-RS. Presidente do Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul - COREDES-RS.

“Tal fato não se choca, ao contrário, complementa a tendência do capitalismo, em sua fase global, de comprimir e unificar o espaço” (Kumar,1997, p.107). É com esse encurtamento do espaço, que o capitalismo põe em concorrência comunidades diferentes em todo o globo (Harvey,1993, p.271).

E isso é funcional ao sistema capitalista globalizado, já que “a criação de um espaço global abstrato, homogêneo gera um impulso contrário para a localização, a diferenciação e a diversidade” (Kumar,1997, p.197). Com o que, abre-se, por um lado, a possibilidade concreta para a existência e coexistência competitiva de múltiplos modelos de desenvolvimento regional e, por outro, o caminho para a “participação social no processo de decisão e construção regional...” (Leite,1994, p. 26). Termos como cooperação, participação, parceria, consórcio, integração, ao lado de outros como diferenciação, diversificação, pluralização passam a fazer parte do discurso dos agentes local-regionais (econômicos, sociais, políticos) do desenvolvimento.

Isso tudo se torna estratégico, tendo em vista que é necessário um “esforço doméstico” para incrementar, de forma crescente, a produtividade. Ao contrário da lógica empresarial, cuja lucratividade e competitividade são os verdadeiros determinantes do crescimento da produtividade (Castells, 1999, 100), no caso das regiões, é a produtividade que se transforma no verdadeiro e principal determinante da competitividade.

### **A produtividade determina a competitividade**

Esta é uma compreensão de competitividade como atributo mais de organizações sociais coletivistas, tais como os Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul, do que de empresas, para as quais o conceito tradicional um tanto complexo de ‘posição competitiva’ parece ser mais adequado”(Castells, 1999, 105). Na verdade, a competitividade, na nova economia global, como já disse, depende da capacidade política das instituições e organizações regionais para impulsionar a estratégia de desenvolvimento (Castells, 1999, 122/3).

Isso tudo se torna mais verdadeiro, tendo presente que "com tudo o mais saindo da equação competitiva, o conhecimento tornou-se a única fonte de vantagem competitiva sustentável a longo prazo" (Thurow, 1997, p. 104) da região. Esses conhecimentos, segundo o mesmo autor, só podem ser empregados através das habilidades dos agentes regionais do desenvolvimento.

Portanto, embora continue sendo verdadeiro que a competitividade se plasma no conjunto das indústrias de um determinado setor, devemos ter presente que “não competem apenas empresas, confrontam-se também sistemas produtivos, esquemas institucionais e organizações sociais, entre os quais a empresa constitui um elemento importante, mas integrada a uma rede de vínculos com o sistema educacional, a infra-estrutura tecnológica, as relações gerenciais/trabalhistas, o aparato institucional público e privado, o sistema financeiro, etc.” (Araújo Jr, 1996, 81).

Com isso, a valorização do capital financeiro é acelerada no tempo e no espaço, transformando as regiões em espaços alternativos para sua valorização. O que força, segundo Thurow (1997), as regiões a competirem entre si, para atraírem e regionalizarem (localizarem) investimentos em seus territórios.

Na verdade, “o aumento da competição em condições de crise coagiu os capitalistas a darem muita atenção às vantagens localizacionais relativas, precisamente, porque a diminuição de barreiras espaciais dá aos capitalistas o poder de explorar, com bom proveito, minúsculas diferenciações espaciais” (Harvey, 1993, 265). Assim, “eles induzem uma reestruturação espacial da sociedade inteira, redefinição do conteúdo ideológico dos espaços, estabelecimento de nova divisão social e espacial do trabalho, criação de novos espaços de produção e de consumo etc.” (Benko, 1999, 29).

“Assim, as qualidades do lugar passam a ser enfatizadas em meio às crescentes abstrações do espaço. A produção ativa de lugares dotados de qualidades especiais se torna importante trunfo na competição espacial entre localidades, cidades, regiões e nações” (Harvey, 1993, 266). É o “esforço doméstico” para se tornar atrativo<sup>2</sup>. Tudo porque “estas corporações competem umas com as outras nos diferentes territórios” (Braga, 1997, 217) e espaços econômicos. “Nesse cenário, vê-se ‘cada companhia, cidade, região, país e grupo social atrelar-se à defesa e à promoção de suas vantagens comparativas e posição já adquirida’. A competitividade e a produtividade são erigidas como dogma absoluto nos países onde podem ser. Nos outros lugares, é a luta pela sobrevivência em estado bruto” (Chesnais, 1996, 319).

### **As territorialidades da competição globalizada**

Portanto, é no contexto de uma competição oligopolizada, que as grandes corporações em “ação recíproca entre si”<sup>3</sup> e, assim, enquanto força plasmadora da competitividade<sup>4</sup>, transformam os espaços local-regionais em pontos estratégicos na rede mundial de valorização do capital. Pontos estratégicos, convenientemente constituídos e construídos pelos capitais centralizados e materializados nas grandes corporações econômico-financeiras e transformados por estes em espaços/territórios econômicos em competição, melhor, no “espaço de rivalidade” do oligopólio mundial.

Dessa forma, “os capitais criam e recriam os novos campos de produção e de rentabilidade” (Braga, 2000, 204) multissetoriais, multifuncionais e multinacionais. Enquanto processo de competição, esse fenômeno cria e recria novos e múltiplos modelos; portanto, cria e recria novos e diferentes espaços de desenvolvimento. Nesse contexto competitivo, os espaços regionais de desenvolvimento transformam-se em espaços concretos, alternativos entre si. E, enquanto espaços concretos, ou seja, enquanto territorialidades, entram em concorrência com outras territorialidades do desenvolvimento contemporâneo para atraírem e localizarem investimentos dos capitais centralizados.

---

<sup>2</sup> “As diferenças locais de capacidade de empreendimento, capital para associações, conhecimento técnico e científico e de atitudes sociais também contam, enquanto redes locais de influência e de poder e as estratégias de acumulação da elites dirigentes locais (em oposição às políticas da nação-Estado) também se tornam implicadas mais profundamente no regime de acumulação flexível” (Harvey, 1993, 266).

<sup>3</sup> “Com efeito, o enunciado mais genérico, mas também mais frutífero, para descrever o oligopólio prende-se à interdependência entre companhias que ele acarreta, ‘as companhias não reagem mais a forças impessoais provenientes do mercado, e sim, pessoal e diretamente, a suas rivais’ (...). É por isso que definimos o oligopólio mundial como um ‘espaço de rivalidade’” (Chesnais, 1996, 93)

<sup>4</sup> Na verdade, a competitividade, conforme veremos, se plasma no “espaço de rivalidade” do oligopólio mundial. Um espaço, por excelência, contraditório. Porque combina, contraditoriamente, uma “concorrência encarniçada” com formas de cooperação e colaboração dos “capitais centralizados”

Em outros termos, abre espaço para a competição inter-regiões e, assim, para a regionalização do desenvolvimento global contemporâneo.

Esses padrões regionais de desenvolvimento, nas suas formas cooperadas e associativas, são rotulados por alguns de "capital social", como é o caso de Putnam (1996), ao analisar a experiência italiana de regionalização do desenvolvimento; outros preferem rotulá-las de "capital sinérgico", como o fez Boisier (1999), ao acompanhar, enquanto técnico da CEPAL, a experiência de regionalização chilena; por fim, terceiros, ao analisarem experiências de regionalização em nações cujos estados, desde a sua origem moderna e capitalista não foram estados unitários, estão denominando-os de *governance*. Essas formas de estreita interação dos agentes (econômicos, sociais e políticos) do desenvolvimento constituem padrões próprios e específicos de desenvolvimento regional. (Bandeira, 2000, p. 38 e segs e Streeten, 2001, 117 e segs).

### **A organização social do desenvolvimento regional**

Essas formas de estreita interação, sem dúvida, só se concretizam com a crescente participação social e cidadã no processo de decisão e construção regional dos padrões de desenvolvimento. Conforme já vimos em outros textos<sup>5</sup>, o avanço da participação social e cidadã é um processo formativo lento, porque compreende uma recuperação coletiva da capacidade de planejar, dirigir, e, assim, de construir uma região de desenvolvimento. E isso só é possível através da crescente organização social.

Para tanto, é preciso conceber a sociedade civil como um

terceiro sistema de poder [e, ao mesmo tempo,] (...) tomar consciência do seu papel para vir a ser uma entidade por si mesma, a começar a ter voz própria, a impor suas opções plurais; em resumo, reequilibrar, a seu favor, a relação de forças perante o Estado e as instituições que dominam a vida econômica [o mercado], sejam elas privadas ou públicas. Isto, porque uma constatação banal e, não obstante, essencial salta aos olhos: o desenvolvimento somente pode manifestar-se lá onde vivem as pessoas, isto é, localmente (Sachs, 1986, p. 115).

Além desta, pode-se fazer outra constatação não menos banal: é, também, localmente “que as vontades são determinadas, já no nível dos interesses materiais e econômicos (...) e passam, objetivamente, por um processo de universalização [politização] que leva à formação de sujeitos coletivos” (Coutinho, 1998, 35), protagonistas diretos e mediatos, portanto, ativos do desenvolvimento local-regional. Portanto, é a partir dessa crescente socialização da política verificada nas sociedades contemporâneas que se pode conceber uma nova esfera do ser social que é a sociedade civil (Coutinho, 1998, 53).

Quer queiramos ou não, estratégias bem sucedidas de desenvolvimento regional estão associadas, nos tempos recentes, a elaboração e execução de vigorosas estratégias (re) estruturantes de desenvolvimento regional. De acordo com Castells, essas estratégias, normalmente, em nossos dias, são elaboradas e executadas por “organizações sociais coletivistas” regionais, ou seja, estratégias formuladas e executadas por sujeitos coletivos regionais. Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul, Brasil, são uma das muitas experiências desses novos tempos

---

<sup>5</sup> Becker, 2000; Becker e Bandeira, 2000 e 2002.

## **A experiência recente dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul<sup>6</sup>**

Criados e formalizados ao longo dos anos 90 do Século XX, os Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (COREDES-RS) são a manifestação concreta do protagonismo contemporâneo na organização social do desenvolvimento regional.

Inicialmente pensados como obra de um governo, o Governo Collares (1990-1994), paulatinamente os COREDES-RS foram ganhando vida própria e autonomia nas mãos da sociedade civil rio-grandense. Destacaram-se, desde do início, as Universidades regionais, principalmente as comunitárias. As Universidades Comunitárias Regionais são uma marca institucional diferenciadora do Rio Grande do Sul dos demais Estados Brasileiros, marcadamente, no que se refere aos compromissos com o desenvolvimento regional. Estas foram “as principais estimuladoras do processo de constituição dos Conselhos, apresentando propostas para sua composição e organizando seminários regionais” (Bandeira, 2000, 65). Portanto, desde o início, a capacidade institucional de cada comunidade favoreceu ou limitou os diferentes processos de integração regional.

A institucionalização seguiu, como não poderia deixar de ser, a dinâmica de organização social regional pré-existente em cada uma das regiões, configurando 22 Conselhos, conforme pode ser observado no **MAPA 1**. Com exceção do COREDE Metropolitano-Delta do Jacuí, os demais Conselhos foram constituídos antes da Lei 10.283 de 17 de outubro 1994<sup>7</sup>.

Essa relativa liberdade com que cada comunidade municipal fez sua opção por uma determinada região favoreceu uma regionalização baseada em fatores históricos pré-existentes. Em outros termos, a relativa flexibilidade no processo de criação dos Conselhos propiciou uma regionalização através da agregação das comunidades municipais em torno de identidades regionais pré-existentes.

Nesse processo de regionalização, contaram as identidades étnico-culturais decorrentes do próprio processo de ocupação e colonização do território riograndense. Até porque as formas de ocupação e colonização acabaram definindo os conteúdos da economia e da sociedade gaúcha. Não cabe aqui fazer essa discussão; no entanto, essa divisão serviu de base para, num segundo momento, o conjunto dos Conselhos criarem uma instância macrorregional: MACRONORDESTE, MACRONORTE e MACROSUL. (Ver MAPA 1).

### **Um processo de regionalização em consolidação**

Não é por outro motivo que naturalmente, a regionalização dos COREDES, constituída “de baixo para cima”, a partir da interação, agregação e organização das comunidades, está progressivamente passando a ser seguida pelas mais diversas organizações e instituições gaúchas. Entre elas pode-se destacar a OCERGS, a FIERGS, a FEDERASUL, o SEBRAE, a Assembléia Legislativa, a CUT, além de algumas Secretarias, Gabinetes e outros Órgãos de Governo Estadual, como a METROPLAN e a FEE. Poder-se-ia adicionar a essa lista o

---

<sup>6</sup> Dois textos são básicos para a análise da experiência corediana: Bandeira, 2000 e Frantz, 2002.

<sup>7</sup> Esta Lei, como outras Leis e Decretos referidos nesse texto, podem ser acessadas no Sítio da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul: [www.al-rs.gov.br](http://www.al-rs.gov.br)

Ministério da Integração Nacional, que adotou as regiões dos COREDES como base para definir as parcelas do território gaúcho que foram incluídas em seu Programa de Mesorregiões Diferenciadas.

Várias outras organizações e instituições têm usado a regionalização corediana, com objetivos variados. Entre elas, sem prejuízo de outras, destacam-se as Universidades e os Institutos de pesquisa que, em seus estudos, muitas vezes, usam a regionalização dos COREDES para delimitar seu objeto de análise. A causa disso é muito simples: segundo alguns pesquisadores, “essa é a melhor regionalização do Rio Grande do Sul, porque nasceu das comunidades locais”.

Essa convergência entre diferentes organizações e instituições tem contribuído de forma direta para uma progressiva consolidação de identidades regionais, estabelecendo um elo cultural importante e decisivo para a construção social do desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul.

As marcas regionais coredianas aparecem em documentos, públicos e privados, em estudos formais e informais, em materiais publicitários institucionais, enfim, em organizações de toda ordem e natureza, de forma a garantir uma identificação das reais potencialidades e oportunidades de cada uma das vinte e duas regiões do Rio Grande. Esse capital social regional e

**MAPA 1 - Regiões e Macrorregiões Coredianas do RS**



01 Alto Jacuí - Criado em 1991	12 Noroeste Colonial- Criado em 1991
02 Campanha - Criado em 1992	13 Norte - Criado em 1991
03 Central - Criado em 1991	14 Paranhana-Encosta da Serra - 1993
04 Centro-Sul - Criado em 1991	15 Produção - Criado em 1991
05 Fronteira Noroeste - Criado em 1991	16 Serra - Criado em 1991
06 Fronteira Oeste - Criado em 1991	17 Sul - Criado em 1991
07 Hortências - Criado em 1991	18 Vale do Caí - Criado em 1992
08 Litoral - Criado em 1991	19 Vale do Rio dos Sinos - Criado em 1994
09 Médio Alto Uruguai - Criado em 1991	20 Vale do Rio Pardo - Criado em 1991
10 Missões - Criado em 1991	21 Vale do Taquari - Criado em 1991
11 Nordeste - Criado em 1991	22 Metropolitano-Delta do Jacuí - 1996

**Fonte: Becker, 2002, 37.**

esse saber fazer regional vêm sendo construído com muito esforço e dedicação. O seu uso constante e crescente é que faz a diferença, gerando vantagens competitivas para nossas regiões<sup>8</sup>.

“Não foram poucas as oportunidades nas quais foi preciso trabalhar com paciência pedagógica contra as velhas formas de se fazer política. Essas formas, como sabemos, se alimentam e se sustentam na fraqueza política, na pouca consciência da cidadania, ou nas necessidades imediatas das pessoas enfraquecidas” (Frantz, 2002, 91).

É nessa passagem de reconhecimento, quando as condições objetivas transformam-se em subjetivas, é que o sujeito se torna livre, pois passa da experiência à consciência, e, por isso, se põe em condições de poder transformar a realidade. É um processo pedagógico, exatamente, porque compreende a passagem do momento meramente econômico (momento do individualismo ou egoísta-passional) para o momento político (momento coletivo ou ético-ideológico), ou seja, a elaboração superior das necessidades econômicas e sociais em possibilidades políticas na consciência dos homens.

Tarefa nada fácil, já que implica a integração de atividades técnicas com atividades políticas, implica um novo ser político e uma nova forma de fazer política.

### **Fazendo e aprendendo com a participação social e cidadã**

Devagar, mas decididamente os Conselhos vêm fazendo essa passagem. Para iniciar essa transição, contribuiu, sem dúvidas, a Lei 10.283<sup>9</sup> que, em seu **Artigo 3º diz:**

<sup>8</sup> Ameaçada em 2001, pela criação político-eleitoreira da 23ª. Região do OP – Altos da Serra do Botucaraí. Como desapareceu o orçamento participativo com o fim do Mandato do Governo Olívio, desapareceu a 23ª. Região do OP e essa ameaça ao processo de regionalização em curso.

<sup>9</sup> O próprio processo de elaboração da Lei, desde a proposta do Executivo passando pela tramitação e aprovação no Legislativo até a sanção do Governador Collares, em 17 de outubro de 1994, foi um processo de intensas negociações entre a velha cultura política e a nova forma de se fazer política. Não foram poucos os Deputados, inclusive do Partido do Governo, que resistiram à idéia. Muitos acreditavam que fossem perder poder. Só com o passar do tempo e com as atividades conjuntas com os Poderes Executivo e Legislativo, os Coredes conseguiram comprovar sua tese de que, na verdade, o trabalho técnico dos Conselhos complementaria e qualificaria a representação política. Aliás, as mesmas desconfianças ressurgem, nos dias atuais, com o processo deslanchado para a criação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento no 497 Municípios do Rio Grande do Sul. Muitos



- Competem aos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, entre outras, as seguintes atribuições:

**I** - promover a participação de todos os segmentos da sociedade regional no diagnóstico de suas necessidades e potencialidades, para a formulação e implementação das políticas de desenvolvimento integrado da região;

**II - elaborar planos estratégicos de desenvolvimento regional;**

**III** - manter espaço permanente de participação democrática, resgatando a cidadania, através da valorização da ação política;

**IV - constituir-se em instância de regionalização do orçamento do Estado, conforme estabelece o artigo 149, parágrafo 8º da Constituição do Estado;**

**V** - Orientar e acompanhar, de forma sistemática, o desempenho das ações dos Governos Estadual e Federal na região;

**VI** - respaldar as ações do Governo do Estado na busca de maior participação nas decisões nacionais.

Os incisos II e IV trouxeram duas competências que possibilitaram um deslocamento das questões mais imediatas, carentes de soluções técnicas urgentes, para as questões mais mediatas, premissas de soluções políticas futuras. Os planos estratégicos regionais e a luta pela continuidade das políticas públicas passaram a ser duas ferramentas da luta cotidiana. Cabe aqui destacar um exemplo de continuidade de política pública, o Programa de Pólos de Modernização Tecnológica. Iniciado no Governo Collares, passou pelo Governo Britto e Olívio e continuará, espera-se, no Governo Rigotto.

Embora alguns Coredes já ensaiassem seu papel estratégico de criador de novos comportamentos, só em 1996 é que se inicia uma prática de planejamento periódica e continuada. De tempos em tempos, os Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul reúnem-se para avaliar suas ações passadas e organizar sua ação futura. Isto é, o COREDES-RS passa a planejar suas atividades. Dessas reuniões, surgiu uma prática de planejamento das diretrizes gerais de atuação dos COREDES-RS, formalmente apresentadas no que passou a ser denominado de CARTAS. Foram seis as cartas elaboradas até o momento: CAXIAS (1996), SÃO LEOPOLDO (1998), PORTO ALEGRE (1999), IMBÉ (2000), CANELA (2001), CAPÃO DA CANOA (2002)<sup>10</sup>. As CARTAS deram forma e conteúdo aos documentos denominados PLANO DE AÇÃO dos anos subsequentes ao da sua elaboração.

Concebidas como instrumentos de avaliação das ações passadas e de programação de ação futura, os PLANOS DE AÇÃO têm significado uma importante qualificação técnica das atividades políticas do Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento<sup>11</sup>, porque, enquanto planejamento anual, definem estratégias gerais e setoriais de ação cotidiana. Por exemplo, as estratégias de ação para 2003 compreendem três estratégias gerais:

**A – LUTAR POR UMA ORGANIZAÇÃO SOCIAL PRÓ-DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL** através da implantação, implementação e/ou consolidação dos Comudes, Redenep-RS, Comissões Setoriais, Eventos Regionais (seminários, painéis, outros), Comitês das Bacias Hidrográficas, Agência de Fomento Regional, Agências Regionais de Desenvolvimento (Agência ABC), Universidades, Parcerias Regionais (entre as organizações, entidades, instituições), Conselho Estadual de Desenvolvimento;

---

Prefeitos e Vereadores perguntam-se: esse não é mais um dos movimentos para nos retirar poderes?

<sup>10</sup> Os conteúdos das CARTAS podem ser encontrados em Becker, 2002a.

<sup>11</sup> Temos tido dificuldades para tornar o plano de ação uma prática de todos os Conselhos. Muito poucos trabalham dessa forma.

**B – PENSAR, COOPERATIVA E REGIONALMENTE, O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO** através da prática dos Contratos de Planos, Planos Estratégicos de Desenvolvimento Regional, Estratégias Regionais de Desenvolvimento, Diretrizes Estratégicas de Desenvolvimento Regional, Políticas Setoriais Regionalizadas, Plano Plurianual Regional, LDO's Regionalizadas, Orçamento Anual Regionalizado;

**C - INSTRUMENTALIZAR A AÇÃO COREDIANA, ATRAVÉS DA:**

- defesa da implantação, pelo Governo do Estado, da Secretaria de Estado da Participação Social e do Desenvolvimento Regional, do FUNDOPEM Regional, do Fundo de Desenvolvimento Regional e, pela Assembléia Legislativa, da Comissão Permanente de Participação Social e Desenvolvimento Regional;
- manutenção do Fórum Democrático de Desenvolvimento Regional;
- demanda de uma atuação mais articulada do Governo do Estado nas regiões e de um avanço mais rápido da regionalização político-administrativa;
- defesa da continuidade das políticas públicas de interesse para o desenvolvimento regional;
- busca de maior sintonia da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) com as necessidades do desenvolvimento das regiões em que atua;
- reivindicação de apoio logístico, recursos técnicos, financeiros e humanos para aumentar a capacidade operacional dos COREDES.

Nos PLANO DE AÇÃO, as estratégias setoriais cuidam das parcerias dos COREDES-RS. Entre as parcerias merecem destaque, a parceria com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e a parceria com a Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Nessas duas parcerias, trabalhamos com dois importantes processos: um, o processo de descentralização político-institucional-administrativa dos poderes Executivo e Legislativo buscando favorecer o acesso da população aos serviços públicos e, assim, colocar a máquina pública a serviço da população; o outro, o processo de participação social e cidadã na definição do rumo das políticas públicas.

Esse compromisso corediano com a crescente participação social e cidadã aparece com maior clareza em nossa visão e missão e, em nossos objetivos:

**Visão** – INTEGRAR os agentes sociais, políticos e econômicos das regiões, inclusive colaborando para organizar os segmentos desorganizados, transformando-os em sujeitos coletivos capazes de formular suas próprias estratégias de desenvolvimento e, assim, serem PROTAGONISTAS de seu modelo de desenvolvimento;

**Missão** – CONSTITUIR-SE em espaço plural e aberto de construção de parcerias sociais e econômicas, através da articulação política dos interesses locais e setoriais em torno de estratégias próprias e específicas de desenvolvimento para as regiões do Rio Grande do Sul;

**Objetivos:**

I – formular e executar estratégias regionais, consolidando-as em planos estratégicos de desenvolvimento regional;

II – avançar a participação social e cidadã, combinando múltiplas formas de democracia direta com representação política;

III – constituir-se em instância de regionalização das estratégias e das ações do Executivo, Legislativo e Judiciário do Rio Grande do Sul, conforme estabelece a Constituição do Estado;

IV – avançar na construção de espaços públicos de controle social dos mercados e dos mais diversos aparelhos do Estado;

V – conquistar e estimular a crescente participação social e cidadã na definição dos rumos do processo de desenvolvimento gaúcho;

VI – intensificar o processo de construção de uma organização social pró-desenvolvimento regional;

VII – difundir a filosofia e a prática cooperativa de pensar e fazer o desenvolvimento regional em parceria;

VIII – promover a educação política para a ampliação e consolidação dos espaços públicos, junto à sociedade civil, através do reconhecimento das diversidades e da promoção de uma cultura solidária e cooperativa (Becker, 2002a, 23).

### **Insistindo na e conseguindo a descentralização político-institucional e administrativa**

Os avanços no processo de descentralização político-institucional-administrativa, estão sendo assegurados por caminhos diferentes:

#### **Um, o caminho da Lei, como foi o caso da Lei 11.179, de 25 de junho de 1998**

Oriunda do Poder Executivo dispôs sobre a consulta direta a população quanto a destinação de parcela do Orçamento do Estado do Rio Grande do Sul voltada a investimentos de interesse regional (Consulta Popular). Ou como está sendo o caso do PROJETO DE LEI Nº 187/2003 do Poder Executivo introduzindo alterações na Lei nº 11.179, de 25 de junho de 1998, que dispõe sobre a consulta direta à população quanto à destinação de parcela do Orçamento do Estado do Rio Grande do Sul, voltada a investimentos e serviços de interesse regional no caso do executivo.

Nas duas versões da Lei, 1998 e 2003, os Conselhos Regionais assumem o papel ativo e organizativo do processo de participação social e cidadã. Como aparece na proposta de Lei 187/2003<sup>12</sup>, em tramitação na Assembléia Legislativa Gaúcha:

Art. 2º - Para fins do disposto no artigo anterior, as dotações orçamentárias serão divididas em:

I - investimentos e serviços de interesse regional; e  
II - investimentos e serviços de interesse municipal.

§ 1º - A identificação dos investimentos e serviços de interesse regional e municipal será procedida mediante consulta ao eleitorado dos Municípios integrantes de cada Conselho Regional de Desenvolvimento - COREDEs.

§ 2º - A consulta, a ser realizada em forma independente para cada região, será precedida de ampla divulgação regional, patrocinada pelo Governo do Estado.

Art. 3º - A Consulta Popular no âmbito territorial dos COREDEs observará o seguinte procedimento:

I - o fornecimento de dados pelo Poder Executivo aos COREDEs, incluindo o valor destinado aos investimentos e serviços de interesse regional e municipal, com as restrições determinadas pela legislação pertinente;

II - a consulta pelos COREDEs aos Conselhos Municipais de Desenvolvimento ou às entidades congêneres nos Municípios, ou às Associações de Municípios, às administrações municipais, às Câmaras de Vereadores e outras organizações representativas da sociedade da respectiva região, promovendo amplo debate público e assembléias municipais abertas à participação de todo e qualquer eleitor para elaboração da lista a que se refere o inciso III;

III - a realização de assembléias regionais abertas organizadas pelos COREDEs que irão elaborar a lista de investimentos e serviços de interesse

<sup>12</sup> Cujá redação, não atende aos avanços necessários pleiteados pelo COREDES-RS. Estamos em pleno processo de negociação para garantir a participação universal e direta de todos os cidadãos gaúchos, entre outras.

regional e municipal, individualizando as obras a serem submetidas por estes à consulta popular, com base nos dados de que trata o inciso I. Parágrafo único - O Poder Executivo suprirá os COREDES dos meios necessários para a realização da Consulta Popular, ficando autorizado a abrir, no Orçamento do Estado, crédito adicional até o valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) para atender às despesas decorrentes da implementação presente Lei.

Art. 6º - Após o envio da Lei de Diretrizes Orçamentárias à Assembléia Legislativa, o Chefe do Poder Executivo fará a divulgação dos valores que vierem a ser disponibilizados para o processo da Consulta Popular".

### **Um segundo caminho dos Decretos:**

Entre muitos, com os mais diversos objetivos interessa destacar: o Decreto N.º 40.349, de 11 de Outubro de 2000, que estabelece a divisão territorial dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento como referência para a regionalização das estruturas administrativas regionais dos órgãos do Poder Executivo.

Na justificativa, o Governo Olívio acolheu os argumentos dos COREDES-RS da “a necessidade de unificar esforços e adequar procedimentos através da cooperação entre as estruturas administrativas regionais, a fim de racionalizar o uso dos recursos públicos e maximizar os resultados pela ação conjunta e planejada dos órgãos de governo”. Logo de início, o processo de regionalização político-institucional-administrativa do Estado do Rio Grande do Sul esbarrou nas velhas e surradas formas dos bairrismos e dos corporativismos. Essa resistência fez com que o Governo de então freiasse o processo e ficasse no meio do caminho. O Governo Rigotto, desavisadamente, reviu algumas das regionalizações cedendo aos interesses bairristas e corporativistas.

### **Outro o caminho, o caminho dos Protocolos:**

No caso do Poder Legislativo, assinamos, em março de 1999, um **Termo de Cooperação Recíproca** para a constituição do Fórum Democrático de Desenvolvimento Regional. Já na sua Cláusula Primeira apresenta seus objetivos:

- a) fortalecer as democracias representativa e participativa, através da ampliação dos debates sobre temas de interesse público;
- b) melhor integrar os diferentes segmentos da sociedade gaúcha às discussões sobre o desenvolvimento regional e municipal;
- c) buscar a superação dos desequilíbrios regionais e sociais, observadas as diferentes identidades regionais;
- d) facilitar a participação da comunidade nos diferentes momentos do processo legislativo, através da promoção de debates, audiências públicas e outros procedimentos;
- e) efetuar o levantamento de propostas relacionadas com o desenvolvimento do Estado, das regiões e municípios;
- f) ampliar e aperfeiçoar os mecanismos de participação da sociedade na proposição, discussão e aprovação de matérias legislativas de interesse para o desenvolvimento;
- g) promover cursos e seminários, bem como estabelecer intercâmbio com instituições nacionais e internacionais, de forma a possibilitar uma melhor qualificação das atividades a serem desenvolvidas;
- h) definir conjuntamente os materiais promocionais e de divulgação do Fórum Democrático de Desenvolvimento Regional, bem como colaborar na sua distribuição.

Em sua Cláusula Quarta, o Termo de Cooperação Recíproca define que “ as atividades do Fórum Democrático de Desenvolvimento Regional serão coordenadas

conjuntamente pelo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul e pelo Presidente do Fórum dos COREDES com a interveniência da FAMURS e da UVERGS”. Com isso, os Coredes asseguraram as condições para “promover a divulgação e o debate com a comunidade de proposições em tramitação na Assembléia Legislativa, deliberando sobre a oportunidade de levá-las à apreciação e à análise das Assembléias Populares, através da promoção de audiências públicas (Inciso a, Cláusula Terceira)

No caso do Poder Executivo Estado do Rio Grande do Sul assinamos, em abril de 1999, um **Protocolo de Cooperação Técnica** cuja finalidade aparece já na

#### Cláusula Primeira – DO OBJETO

O presente Protocolo de Cooperação, com base no Programa do Governo Democrático e Popular e na experiência dos COREDES no trabalho de articulação dos agentes regionais de desenvolvimento, tem por finalidade a construção e o desenvolvimento do Orçamento Participativo Estadual (OP), através de um processo de democracia direta, voluntária e universal, onde o cidadão possa discutir e decidir a receita, a despesa e as políticas públicas, criando mecanismos de planejamento democrático e de controle social sobre o Estado.

A assinatura desse Protocolo significou um avanço histórico para a participação social e cidadã (direta e universal) no Rio Grande do Sul, como pode ser observado na Cláusula Segunda do Protocolo. Nessa Cláusula, define-se o objetivo, a responsabilidade conjunta na condução dos eventos, as etapas do processo, as atividades de cada etapa, as representações e a composição do COP-RS.

Os incisos a e b cuidam de definir o objetivo e a responsabilidade conjunta dos Coredes e do Governo:

- a) construir as bases da participação universal e direta do cidadão no processo do Orçamento Participativo;
- b) coordenar, convocar e mobilizar conjuntamente as assembléias públicas e plenárias do processo do Orçamento Participativo;

Nos incisos c, d, e, f e g da Cláusula Segunda apresentam as etapas, bem como, os participantes, as tarefas/atividades e os objetivos de cada etapa:

- c) nas Assembléias Públicas Regionais, abertas à participação direta da população, serão formuladas as diretrizes estratégicas regionais do desenvolvimento para servirem de base organizadora das discussões e definições das Assembléias Públicas Municipais;
- d) nas Assembléias Públicas Municipais (APM) a participação será direta e universal, abertas à participação de todo o cidadão. A população discutirá e definirá as prioridades temáticas e as demandas de obras, serviços e programas de cada município no contexto da sua região, elegendo também os delegados, proporcionalmente ao número de participantes, que representarão o município nas Plenárias Regionais;
- e) nas Plenárias Regionais (PR), os delegados eleitos nas Assembléias Públicas Municipais (APM) e a representação do COREDE da região do Conselho do Orçamento Participativo – RS (COP\_RS), sistematizarão e compatibilizarão as demandas priorizadas nos temas em cada município, estabelecendo as prioridades regionais. Também serão eleitos os conselheiros que representarão a região no COP-RS;
- f) nas Assembléias Temáticas Públicas Regionalizadas de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (ATPRD-RS), a participação será direta e universal. Abertas à participação de todo o cidadão, nelas os COREDES apresentarão o seu plano estratégico de desenvolvimento regional e a população discutirá e definirá diretrizes, políticas e programas para o desenvolvimento do Estado, elegendo também os delegados, proporcionalmente ao número de participantes, para a Plenária Temática Estadual do Desenvolvimento do RS;

- g) na Plenária Temática Estadual do Desenvolvimento do RS (PTED-RS), os delegados eleitos nas ATPRD-RS sistematizarão as prioridades para o desenvolvimento do Estado. Também serão eleitos os conselheiros que representarão a Temática do Desenvolvimento do RS o COP-RS;

Por fim, nos incisos h, i, j e k da Cláusula Segunda, aparece a composição e as funções do Conselho do Orçamento Participativo:

- h) o Conselho do Orçamento Participativo – RS (COP-RS) será composto por 138 conselheiros eleitos nas Plenárias Regionais (69 distribuídos proporcionalmente à população de cada região, considerando-se um mínimo de 2 por região e mais 69 distribuídos proporcionalmente à participação popular nas APM de cada região); 44 conselheiros indicados pelos COREDES das 22 regiões do Estado; 22 conselheiros eleitos pela Plenária Estadual do Desenvolvimento do RS, totalizando 204 conselheiros;
- i) ao Conselho do Orçamento Participativo – RS, caberá apreciar e decidir sobre a proposta orçamentária elaborada a partir das prioridades definidas nas 22 regiões, na Temática do Desenvolvimento do Estado e dos recursos necessários para os serviços essenciais do Estado prestados à população, dentro dos limites legais e constitucionais;
- j) o Governo do Estado e os COREDES reconhecem as duas formas de democracia direta: a participação via assembleias e o referendo, e constituirão comissão mista de estudo da legislação vigente;
- k) o processo de participação, elaboração, definição e acompanhamento do Orçamento Anual será auto regulamentado pelo COP-RS, podendo ser revisado anualmente.

Um último o caminho é o caminho das **Resoluções da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa**, como, por exemplo, a Resolução No. 2771, de 08 de setembro de 1999, que instituiu o Fórum Democrático de Desenvolvimento Regional.

Nessa Resolução, pode ser observado:

#### Primeiro, o papel ativo e diretivo do Fórum dos Conselhos Regionais

Art. 1º. – É instituído o Fórum Democrático de Desenvolvimento Regional, composto pela Assembleia Legislativa, pelo fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), pela Federação das Associações de Municípios do Estado do Rio Grande do Sul - FAMURS e pela União de Vereadores do Estado do Rio Grande do Sul - UVERGS, conforme termo de cooperação recíproca.

Parágrafo 1º - O Fórum Democrático de Desenvolvimento Regional terá uma Direção Colegiada Executiva composta pela Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, pelo presidente do Fórum dos COREDEs, pelo presidente da FAMURS e pelo presidente da UVERGS.

Parágrafo 2º - As deliberações da Direção Colegiada Executiva serão tomadas pela maioria simples, cabendo ao Presidente da Assembleia o voto de desempate.

Segundo, o espaço aberto para o crescimento da “participação social e cidadã no acompanhamento da tramitação legislativa”

Art. 2º - O Fórum Democrático de Desenvolvimento Regional tem como objetivos:

I - assegurar a integração permanente da sociedade gaúcha ao debate sobre o desenvolvimento estadual, regional e municipal;

II - garantir a integração entre a democracia representativa e a democracia participativa, fortalecendo a cidadania e a consciência política, através da ampliação do debate de temas de interesse público;

III - assegurar o respeito à expressão da pluralidade de concepções, buscando sempre construir consensos em torno de temas de interesse público;

IV - promover o desenvolvimento sustentável, visando à superação dos desequilíbrios sociais e regionais;

V - possibilitar a integração, articulação e consolidação das identidades regionais;

VI - possibilitar a melhor informação e participação da sociedade no acompanhamento da tramitação legislativa.

Parágrafo único - As atividades do Fórum Democrático de Desenvolvimento Regional deverão propiciar a integração entre a Assembléia Legislativa, o Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES-RS), os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), FAMURS, UVERGS, as Comissões de Avaliação dos Serviços Públicos Estaduais (CASEPEs), os Conselhos Municipais de Desenvolvimento (COMUDES) ou outros organismos de desenvolvimento municipal com os cidadãos, através de assembleias populares municipais e de audiências públicas.

### Terceiro, a descentralização do processo legislativo

Art. 4º - A Direção Colegiada Executiva definirá, entre as matérias em tramitação na Assembléia Legislativa, aquelas que serão levadas ao conhecimento da população gaúcha pelo Fórum Democrático de Desenvolvimento Regional para serem discutidas de acordo com as normas das entidades envolvidas, sendo as conclusões deste processo transformadas em proposições ou sugestões.

Parágrafo 1º - As proposições serão apresentadas na forma da Constituição Estadual, art. 68, inciso I, II e III.

Parágrafo 2º - As sugestões, de acordo com sua natureza, serão encaminhadas às respectivas Comissões Parlamentares que deliberarão sobre a oportunidade de sua apresentação sob a forma de proposição.

Todas as formas de institucionalização dos processos de descentralização político-institucional-administrativa de parte do Executivo e do Legislativo ou dos avanços no processo de participação social e cidadã foram precedidas de intensas negociações.

### **O terceiro turno de uma disputa de projetos.**

Por isso, é preciso ter presente o momento político por que passou o Rio Grande do Sul após as eleições de 1998. Uma diferença muito pequena, em termos de números de votos, deu a vitória à oposição nas eleições de 26 de outubro. Esse fato favoreceu uma certa continuidade da disputa eleitoral. Na verdade, tivemos um terceiro turno em que a ex-oposição, que já era Governo, continuou com uma postura de militância de oposição, criticando duramente o Governo anterior, e o EX-Governo que já era oposição, continuou com uma postura de situação, reagindo às críticas, como se continuasse Governo.

Não é preciso referir a riqueza desse momento histórico de disputa dos dois projetos para o Rio Grande. Não faltou quem fosse à mídia e recuperasse as velhas lutas entre maragatos e ximangos para dizer que tudo o que se passava era da história e da cultura do Rio Grande. Deixadas de lado essas especulações, o fato é que tanto o Executivo quanto o Legislativo, ou seja, tanto a nova situação quanto a nova oposição, a primeira aquartelada no Palácio Piratini, e a segunda, aquartelada no Palácio Farroupilha, lutavam e precisavam de apoios e de parcerias.

Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento foram, sem dúvida, a organização social gaúcha que teve a maior clareza da oportunidade histórica daquele momento para avançar; conforme propunha seu planejamento estratégico, com a participação social e cidadã, combinando formas de democracia direta com representação política. Não titubeou. Assinou protocolo com a nova situação e assinou protocolo com nova oposição, sempre andando no fio da navalha, porque, quando atravessávamos a Duque de Caxias, a Rua que separa os dois Palácios,

mudávamos de amigos para inimigos e vice-versa. Na concepção e na prática política dos dois grupos, não havia espaço para outra posição: ou se era contra ou se era a favor ao seu projeto.

Portanto,

Nem sempre tudo foi fácil e sem obstáculos. Em razão disso, foi preciso lançar olhares mais longos e ousados, mais profundos, no sentido das possibilidades da proposta; foi preciso construir novas dimensões políticas, nova consciência e responsabilidade políticas, apontando para uma nova inscrição política do cidadão na gestão das coisas públicas. Enfim, foi preciso buscar novas fontes de força motivadora (Frantz, 2002a, 90).

### **As novas forças motivadoras da política pública gaúcha**

Essas novas forças motivadoras aparecem já em 1998, com a primeira iniciativa de trabalhar a dimensão estratégica do desenvolvimento regional, elaborando planos de intervenção dos coredianos nos processos eleitorais, estadual e federal. Fato que se repetiu em 2002. A partir desses documentos os COREDES-RS jogaram no futuro a ação mais cotidiana de participação ativa nos processos decisórios do Legislativo e do Executivo. Denominados de PRÓ-RS, esses documentos foram produzidos e editados em 1998 e 2002.

Os PRÓ-RS I<sup>13</sup> e II<sup>14</sup> tiveram por objetivos gerais:

- Organizar e subsidiar a intervenção e a participação política dos coredianos, em geral, e das Diretorias Executivas dos COREDES, em especial, no debate de projetos para desenvolver o Rio Grande do Sul e nos embates político-partidário do processo eleitoral de 2002.

- Pautar e inserir nas Plataformas Eleitorais dos candidatos a Governador, Senador, Deputado Estadual e Deputado Federal, das mais diferentes orientações político partidárias, e nos Programas de Governo dos candidatos a cargos executivos, propostas coerentes com o que denominamos de “os determinantes e desafios contemporâneos da organização social para o desenvolvimento regional do Rio Grande do Sul”.

- Formular estratégias organizativas e estruturantes da ação sócio-política pró-desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

E tem por objetivos específicos:

- Caracterizar a organização social e ambiental do desenvolvimento do Rio Grande do Sul;

- Identificar as oportunidades e potencialidades da organização social pró-desenvolvimento regional;

- Definir prioridades estratégicas para o desenvolvimento regional do Rio Grande;

- Formular diretrizes estratégicas de ação política pró-desenvolvimento da organização social gaúcha comprometida com o desenvolvimento regional do Estado;

- Identificar e assegurar a continuidade de programas de governo estruturantes do desenvolvimento regional do Rio Grande do Sul;(Becker, 2002a., 13/14)

Os conteúdos trazidos a público por esses documentos serviram de matéria-prima para a promoção de seminários com os candidatos a governador, senador e deputados, federal e estadual. Denominados “Os Políticos e as Políticas de Desenvolvimento Regional do Rio Grande do Sul”, os Seminários multiplicaram-se por todas as regiões coredianas e foram palco de

<sup>13</sup> Becker, D. . PRÓ-RS I – Estratégias regionais pró-desenvolvimento regional do Rio Grande do Sul. 2ª. ed. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999. Uma primeira edição foi feita pela Editora da UNIVATES em 1998.

<sup>14</sup> Becker, D. , PRÓ-RS II – Por uma organização social pró-desenvolvimento regional do Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. Editado em três Volumes: Vol. 1 – COREDES-RS: O funcionamento e os fundamentos de um experiência de organização social de desenvolvimento regional; Vol. 2 – COREDES-RS - A organização social pró-desenvolvimento regional do Rio Grande do Sul.



compromissos dos candidatos com o desenvolvimento regional. Os seminários foram também uma oportunidade de se conferir diretamente com os candidatos, quem estava aberto aos avanços necessários na descentralização político-administrativa e na participação social e cidadã.

Além disso, tanto em 1999 quanto em 2003 os PRÓ-RS I e II serviram de base para a construção da proposta corediana para o Plano Plurianual Investimentos do Estado do Rio Grande do Sul.

No caso do PPA 2004-2007, o documento é composto por seis partes e denominado de “A Visão Corediana das Necessidades e Possibilidades de Desenvolvimento Regional do Rio Grande do Sul”:

Na primeira parte, apresenta

As Bases para um Consenso sobre a Promoção do Desenvolvimento do Rio Grande do Sul” assentada em cinco estratégias:

- a) prioridade para a inclusão social;
- b) fortalecimento da competitividade da economia gaúcha;
- c) compromisso com a sustentabilidade;
- d) sinergia entre estado e sociedade;
- e) fortalecimento do capital social, das redes de cooperação e das identidades regionais;
- f) reforço e qualificação da capacidade financeira e operacional da administração estadual.

Na segunda parte, identifica “as oportunidades, as potencialidades, as prioridades e as diretrizes das Macrorregionais (NORDESTE, NORTE, SUL) e do Estado do Rio Grande do Sul.

Na terceira parte, define 53 Programas Estratégicos Setoriais, os quais no entender dos Conselhos, são estruturantes do Desenvolvimento Regional do Rio Grande Do Sul.

Na quarta parte, levanta um conjunto extenso e detalhado de Diagnósticos, Diretrizes, Objetivos e Metas Setoriais para o desenvolvimento regional do Estado do Rio Grande Do Sul.

Na quinta e sexta partes, analisa em detalhes os Diagnósticos, Diretrizes, Objetivos e Metas Setoriais para o desenvolvimento regional nas suas diversas escalas geográficas: vai da escala estadual para a escala macrorregional e, dessa, para a escala das 22 regiões coredianas.

Na verdade, o processo de elaboração percorreu o caminho inverso: iniciou lá na base de cada região corediana; foi sistematizado nas vinte e duas regiões, nas três macrorregionais e no Estado como um todo. Dito de outra forma, em termos de metodologia, partiu-se do geral, do estadual para o regional-local. Em termos de conteúdo, fez-se o caminho contrário: partiu-se das necessidades e das possibilidades local-regionais de desenvolvimento regional até atingir o Estado do Rio Grande do Sul como um todo.

### **Os limites desafiadores do processo de planejamento**

Descrito dessa forma, esse processo de planejamento parece ter sido fácil. Na verdade, as dificuldades são muitas e complexas.

A minha "experiência vivida" no exercício da docência em programa de pós-graduação interdisciplinar - PPGDR<sup>15</sup>; na coordenação de grupo de pesquisa multidisciplinar, multiinstitucional e multiregional "Estudos Setoriais e Regionais Comparados", principalmente na organização e estruturação de um dos seus desdobramentos, a REDENEP<sup>16</sup>; nas lides do planejamento comunitário<sup>17</sup>; e na gestão do desenvolvimento regional nos e dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento (COMUDEs), Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari - CODEVAT e no Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul - COREDES-RS<sup>18</sup>, tem-nos revelado o que é facilmente observável:

- que cada professor, em sua sala de aula e com seu manual, procura transmitir um conhecimento cada vez mais formal e abstrato; portanto, cada vez mais técnico;
- que cada pesquisador, na sua Instituição e com sua pesquisa disciplinar, procura dar conta de uma realidade cada vez mais complexa, porque resultante de múltiplas determinações e de complexas relações; portanto, cada vez mais formal e abstrata;
- que cada burocrata, no seu órgão/escritório público ou privado e com seus modelos, procura prever um futuro cada vez mais incerto, porque resultante de múltiplos desafios competitivos; portanto, cada vez mais idealizado;
- que cada gestor, na sua entidade/empresa e com suas atividades cotidianas, procura dar conta de um processo decisório cada vez mais estratégico, porque resultante de múltiplos determinantes/desafios cooperativos; portanto, cada vez mais intuitivo.

Com efeito, pode-se afirmar com segurança que professores, pesquisadores, planejadores e gestores do desenvolvimento regional trabalham isoladamente. Ou melhor, trabalham especializadamente o desenvolvimento regional; dessa forma, tratam um processo essencialmente espacial-temporal de forma setorial-funcional.

Portanto, não se trata apenas de dificuldades na construção de interfaces comunicativas<sup>19</sup> entre disciplinas, como estamos academicamente acostumados a conviver, o que

<sup>15</sup>Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC.

<sup>16</sup>Uma versão desse projeto está publicada no livro - REDENEP - a pesquisa, o planejamento e a gestão em rede do desenvolvimento local-regional. Becker, (2000).

<sup>17</sup>Alguns trabalhos foram publicados pela Editora da Univates, entre outros e em diversos volumes, o "Plano Estratégico de Desenvolvimento do Vale do Taquari - RS e PRÓ-RS I - Estratégias Regionais Pró-Desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Recentemente, elaboramos o PRÓ-RS II - Por uma organização social pró-desenvolvimento regional do Rio Grande do Sul. Os dois volumes resultantes desse trabalho foram publicados pela EDUNISC.

<sup>18</sup>Como Presidente do Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Taquari - Estado do Rio Grande do Sul - Brasil -, por três mandatos (1995-2001) coordenei a elaboração do Plano Estratégico Regional e liderei a execução de uma de suas estratégias: a criação e implantação dos Conselhos de Desenvolvimento Municipal no Vale do Taquari. De setembro de 1997 à julho de 2000 fui Presidente do Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul - COREDES-RS, entidade que congrega e representa os 22 Conselhos Regionais de Desenvolvimento. Retornei a Presidência do Fórum dos COREDES-RS em julho de 2001 para um mandato de dois anos.

<sup>19</sup>No sentido que lhe dá Habermas (apud Schwartz, 2000, 167) "Chamo comunicativas as interações nas quais os participantes coordenam de comum acordo seus planos de ação, o consenso que se consegue em cada caso é medido pelo reconhecimento intersubjetivo das pretensões de validade". Nos termos de Etges (1995, 73) trata-se de

não é pouco, mas, principalmente, interfaces comunicativas entre as atividades de ensino, pesquisa, planejamento e de gestão, separadas pela divisão do trabalho humano, ou entre os saberes produzidos e as experiências vividas pelos processos de desenvolvimento regional.

Essa desarticulação entre os sujeitos diretos do desenvolvimento regional é uma realidade recente? Ou é crença na possibilidade de vida autônoma dos agentes econômicos, sociais e políticos do desenvolvimento regional? Ou é algo dado pela natureza humana? Ou, ainda, quem sabe, esta visão atomista da realidade não encontra guarida nos pressupostos e ensinamentos do “mainstream” econômico? Já que “la théorie économique traditionnelle é construite sur l'hypothèse d'indépendance des agents économiques (...)”(Garnsey et Longhi, 1999, 514).

Na verdade, o velho paradigma dominante encontra abrigo na nossa própria formação técnico-científica. “É que nossa educação nos ensinou a separar, compartimentar, isolar, e não a ligar os conhecimentos ; portanto, nos faz conceber nossa humanidade de forma insular, fora do cosmos que nos cerca e da matéria física de que somos constituídos” (Morin e Kern, 1995, 48).

Além disso, para serem “mais” rigorosas logicamente e “mais” sofisticadas formalmente,

As escolas de pensamento econômico promovem o apagamento progressivo da Política e do debate sobre as condições de legitimidade sem as quais nem o mais elementar dos atos econômicos tem sentido, consolidando-se na prática uma Filosofia Econômica (senão economicista), dogmática que décadas depois finalmente se converteria em Economia (*Economics*) (Schwartz, 2000, 71).

Por isso, hoje,

o saber econômico surge-nos como um saber de natureza técnica, destinado a esclarecer as decisões no interior de um certo quadro político, cultural e organizacional. Não é no interior deste quadro que se podem pensar as relações das atividades econômicas com o meio ambiente físico nem com a reprodução e desenvolvimento dos sistemas sociais ( Perret e Roustang, 1996, 257).

Assim, a economia não muda de natureza quaisquer que sejam os ordenamentos sociais, capitalistas ou comunistas, qualquer que seja o curso da história, da mesma maneira como a aritmética não muda de natureza por variarem as coisas a numerar.

Ao lado,

para alguns, só é economia pura aquela hipotética, que coloca as suas demonstrações com um ‘suposto que’, ou seja, é também economia pura a que torna abstratos, isto é, generaliza, todos os problemas colocados historicamente. Para outros, ao contrário, só é economia pura a que pode ser deduzida do princípio econômico ou postulado hedonista, isto é, que abstrai completamente qualquer historicidade e pressupõe apenas uma genérica ‘natureza humana’ idêntica no tempo e no espaço” (Gramsci, 2001, 347/8).

Portanto, para essa economia não existe história e não existe território e, assim, não existe espaço para os diferentes processos de desenvolvimento regional.

Evidenciando, clara e objetivamente, que “as teorias econômicas do desenvolvimento chegaram ao limite do empobrecimento, imprecisão e inconclusividade”

---

se criar uma linguagem comum entre os operadores dos diferentes campos do conhecimento, mediante a qual eles compreendem o construto do outro e o seu próprio.

(Fiori, 1999, 40). Na verdade, esse empobrecimento da ciência econômica e, também, da ciência em geral resulta de um círculo vicioso onde , “a complexidade nutre-se da explosão da pesquisa disciplinar e, por sua vez, a complexidade determina a aceleração da multiplicação das disciplinas” (Nicolescu, 1990, 36).

O que faz Morin (1987) ser definitivo e ir muito mais longe na sua crítica: “sabemos agora que este conhecimento é mal conhecido e conhece mal, que é fragmentário e que ignora aquilo que desconhece e aquilo que conhece” (p. 19). “É, enfim, um conhecimento mutilado/mutilante, atomizado, parcelado e redutor” (Morin, 1989, p. 13).

Isto é bem mais verdade para o saber econômico em geral e, em particular, para o saber econômico regional que, ao reduzir a espécie humana a recursos humanos, as demais espécies a recursos naturais e a organização produtiva das necessidades humanas a recursos financeiros (Polanyi, 2000), ou seja, ao reduzir a vida à mercadoria, esquece que deveria ser duplamente dependente de um conhecimento científico da biosfera (físico e biológico) “e das ciências sociais que poderíamos qualificar de ‘fundamentais’ (história, antropologia, sociologia, psicologia)” (Perret e Roustang, 1996, 257).

Na verdade, essa aparente separação está de acordo com os fundamentos da teoria econômica dominante que definem coerentemente o mercado como um *ambiente comunicativo* cuja função é a de promover, de modo mais eficiente possível, a circulação da informação relevante (Belluzzo, 2000, p. 13). Nessa crença, o mercado assume a condição de ser o único poder organizador da esfera econômica e social. (Polanyi, 2000, 91)

Entretanto, permitir que o mecanismo de mercado seja o único dirigente do destino dos seres humanos e do seu ambiente natural, e até mesmo o árbitro da quantidade e do uso do poder de compra (Polanyi, 2000, 94) é permitir que os seres humanos sejam despojados de toda a cobertura protetora das instituições culturais.(idem, ibidem, 95). Nenhuma sociedade suportaria os efeitos de um tal sistema de grosseiras ficções, mesmo por um período de tempo muito curto, a menos que sua substância humana natural, assim como a sua organização dos negócios, seja protegida contra os assaltos desse “moinho satânico” (id., ib., 95).

Concordar com isso seria um contra-senso, já que os indícios recolhidos por Dunford (1994), em suas pesquisas, demonstram que “a qualidade do desenvolvimento numa região e seu êxito na concorrência econômica serão maiores nas áreas em que o desenvolvimento se encontrar mais bem planejado e organizado socialmente, e menos regulado pelo mercado”, confirmando a velha tese polanyiana de que o “sistema econômico é mera função da organização social” (Polanyi).

### Os desafios para a pesquisa

Para amenizar ou reduzir essas dificuldades causadas pela própria ciência e suas crenças, estamos trabalhando na implementação e consolidação da REDENEP-RS<sup>20</sup>. Uma Rede de Núcleos de Estudo (ensino, pesquisa) Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Local-Regional no Rio Grande do Sul. A REDENEP-RS será constituída por vinte e dois núcleos regionais, três núcleos macrorregionais e um núcleo central-estadual cobrindo todo o território do Rio Grande do Sul, conforme pode ser observado no **MAPA 2**

---

<sup>20</sup> A proposta completa pode ser encontrada em: Becker, 2000.

A REDE tem por desafio viabilizar os meios para constituir uma rede de professores, pesquisadores, planejadores e gestores do desenvolvimento regional. Portanto, o principal desafio da REDENEP-RS é construir pontes entre os saberes produzidos por professores e pesquisadores e as experiências vividas pelos planejadores e gestores do desenvolvimento regional.

Em outros termos, os desafios da REDENEP-RS são, por um lado, viabilizar os meios teórico-metodológicos para constituir uma rede de professores, pesquisadores, planejadores e gestores do desenvolvimento setorial-regional, delimitados pelas diferentes dinâmicas de desenvolvimento, expressadas na articulação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (COREDEs); e, por outro lado, transformar dados e informações sobre o desenvolvimento setorial-regional em conhecimentos para subsidiar o processo decisório-estratégico dos planejadores-gestores do desenvolvimento setorial-regional nas respectivas regiões.

**MAPA 2 – REDENEP-RS – Rede de Núcleos de Estudos (ensino, pesquisa), Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Local-Regional.**



### **REDENEP-RS – Núcleo Estadual**

#### **INTERNEP's – Núcleos Macrorregionais -1. Nordeste, 2. Norte, 3. Sul**

#### **NEP's – Núcleos Regionais**

01 Alto Jacuí; 02 Campanha; 03 Central	14 Paranhana-Encosta da Serra;
04 Centro-Sul; 05 Fronteira Noroeste; 06	15 Produção; 16 Serra; 17 Sul; 18 Vale do Caí;
Fronteira Oeste; 07 Hortências; 08 Litoral	19 Vale do Rio dos Sinos; 20 Vale do Rio
09 Médio Alto Uruguai; 10 Missões; 11 Nordeste; Pardo; 21 Vale do Taquari;	
12 Noroeste Colonial; 13 Norte	22 Metropolitano-Delta do Jacuí

Fonte: Becker, 2000.

A inexistência dessas informações transformadas em conhecimentos decorre de dois motivos básicos: primeiro, por incapacidade técnico-econômica dos pequenos e médios negócios ou das regiões, os quais, por problemas de escala, não conseguem individualmente

montar e financiar equipes técnicas para transformar dados, cada vez mais complexos, em informações estratégicas para a gestão e desenvolvimento do negócio e/ou da região (lugar). Segundo, por ineficácia do próprio gestor do banco de dados institucional e/ou local-regional, que não se deu conta de que já não basta armazenar dados. É preciso disponibilizar esses dados em indicadores de desenvolvimento, em trajetórias setoriais, em perfis regionais do desenvolvimento e/ou em cenários futuros da concorrência.

Nesse sentido, estamos trabalhando em dois projetos de pesquisa interdisciplinar. Um projeto, está sendo desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Intitulado “Estudos Setoriais e Regionais Comparados de Diferentes Dinâmicas de Desenvolvimento no Rio Grande do Sul” (ESCORE II) tem por objeto analisar comparativamente as diferentes dinâmicas de desenvolvimento regional e por problema “por que os processos econômicos e organizacionais de desenvolvimento regionais não são harmônicos socialmente, não são convergentes setorialmente e regionalmente e não são equilibrados ambientalmente? Enfim, simplificando, por que os processos regionais de desenvolvimento não são iguais dinamicamente e se diferenciam entre si?” Em resposta hipoteticamente, podemos afirmar que, as diferentes dinâmicas de desenvolvimento regional dependem de uma crescente organização social das comunidades regionais. E uma crescente organização social equi vale diretamente a um melhor envolvimento político nas decisões e definições dos rumos do desenvolvimento regional. Da mesma forma, uma melhor participação política leva, conseqüentemente, a um maior desenvolvimento econômico das comunidades regionais.

Outro projeto está sendo desenvolvido junto ao Centro Universitário UNIVATES, intitulado “Estudos Comparados de Diferentes Experiências de Planejamento e Gestão do Desenvolvimento no Rio Grande do Sul, tem por objeto estudar comparativamente diferentes experiências de planejamento e gestão e busca comprovar que a qualidade de desenvolvimento de uma determinada região está intimamente ligada à qualidade do planejamento, gerenciamento e organização social dos arranjos de produção e inovação de cada região de desenvolvimento.

Os desafios das duas pesquisas estão relacionados a algumas constatações muito simples: algumas regiões conseguem responder positiva e ativamente aos desafios contemporâneos, construindo seus modelos de desenvolvimento e outras, não; ainda, outras regiões conseguem desenvolver suas potencialidades, constituindo uma dinâmica própria local; outras, ainda, só conseguem aproveitar as oportunidades decorrentes da dinâmica global de desenvolvimento; ou, ainda, terceiras conseguem combinar eficientemente o desenvolvimento de suas potencialidades locais com o aproveitamento eficaz das oportunidades globais oferecidas pelo processo de desenvolvimento contemporâneo; por fim, quartas regiões não conseguem nem uma e nem outra, e tendem a desaparecer enquanto regiões de desenvolvimento.

Se a dinâmica de desenvolvimento global é a mesma e se as oportunidades decorrentes são as mesmas, por que as regiões respondem de forma tão diferente aos desafios da globalização? Ou, por que as regiões reagem e agem de forma tão diversa diante dessa nova realidade competitiva?

Provavelmente, é porque algumas regiões reagem passivamente, não conseguindo desenvolver seu modelo próprio e específico de desenvolvimento, enquanto outras (re)agem

ativamente e o conseguem. Mas, por que algumas regiões reagem de forma passiva e de forma ativa?

No caso do primeiro projeto de pesquisa, apostamos na tese, de que uma sociedade mais organizada socialmente é uma sociedade mais participativa politicamente. E uma sociedade mais participativa politicamente é uma sociedade muito mais desenvolvida economicamente. Daí resulta as diferentes dinâmicas de desenvolvimento regional.

No caso do segundo, apostamos na suposição de que a qualidade do desenvolvimento de uma região resulta diretamente da capacidade coletiva de planejar, dirigir, e, assim, de construir uma região de desenvolvimento. Daí resulta a hipótese de que, as diferentes experiências de planejamento e gestão do desenvolvimento são, ao mesmo tempo, causa e consequência das diferentes dinâmicas organizacionais dos distintos processos de desenvolvimento.

Certamente, os Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul configuram um campo de estudos apropriado para comprovar essas hipóteses e/ou refutá-las. E, nessa condição, um campo de trabalho aberto para pesquisadores das ciências sociais.

## BILBIOGRAFIA

ARAÚJO Jr., J. T. . Concorrência, competitividade e política econômica. In: *O Brasil e a economia global*. BAUMANN, R. (org.). Rio de Janeiro: Campus, 1996.

BANDEIRA, P. S. .Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. In: BECKER, D. F. e BANDEIRA, P. S. (Orgs). *Determinantes e desafios contemporâneos*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. (Coleção Desenvolvimento Local-Regional).

BECKER, D. . COREDES-RS - O Funcionamento e os fundamentos de uma experiência de organização social do desenvolvimento regional. In: Becker, D. . PRÓ-RS II – Por uma organização pró-desenvolvimento regional do Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002a.

----- . COREDES-RS - A organização social pró-desenvolvimento regional do Rio Grande do Sul. In: Becker, D. . PRÓ-RS II – Por uma organização pró-desenvolvimento regional do Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002b.

BECKER, D. . PRÓ-RS II – Por uma organização pró-desenvolvimento regional do Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002c.

----- . *Desenvolvimento local-regional em questão*. Inédito. 2001a.

----- . . *O conhecimento se fazendo*. Inédito. 2001b.

----- . *Competitividade: O (des)caminho da globalização econômico-financeira*. Inédito. 2001c.

----- . (Org.) *Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade*. Santa Cruz do sul: EDUNISC, 2001d.



- . REDENEP: A pesquisa, o planejamento e a gestão em rede do desenvolvimento local-regional. Lajeado: EDUNIVATES, 2000
- . PRÓ-RS I – *Estratégias regionais pró-desenvolvimento regional do Rio Grande do Sul*. 2<sup>a</sup>. ed. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999.
- BECKER, D. e BANDEIRA, P. .(Orgs). *Respostas regionais aos desafios da globalização*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. (Vol. 1 da Coleção Desenvolvimento Local-Regional).
- .(Orgs). *Determinantes e desafios contemporâneos*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. (Vol. 1 da Coleção Desenvolvimento Local-Regional).
- BELLUZZO, L. G. M. . Introdução. In BRAGA, J. C. S. . *A temporalidade da riqueza: teoria da dinâmica e financeirização do capitalismo*. Campinas(SP): IE/UNICAMP, 2000.
- BENKO, G. . *Economia, espaço e globalização*. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- BENKO, G. e LIPIETZ. A. . *As regiões ganhadoras: Distrito e Redes – Os novos paradigmas da geografia econômica*. Oeiras (PT): Celta, 1994.
- BOISIER, S. .El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico. *REDES*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, v 4, n 1, 61-78, jan./abr. 1999.
- BRAGA, J. C. S. . *A temporalidade da riqueza: teoria da dinâmica e financeirização do capitalismo*. Campinas(SP): IE/UNICAMP, 2000.
- . . Financeirização global: O padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. IN: TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. . *Poder e dinheiro: Uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CASTELLS, M. . *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHESNAIS, F. . *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- COUTINHO, C. N. . Socialismo e democracia. In: AGGIO, A. . *GRAMSCI: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: UNESP, 1998.
- COUTINHO, L. . A Terceira Revolução Industrial e Tecnológica: as grandes tendências de mudança. *Economia e Sociedade*. Campinas: IE/UNICAMP, v1, n1, p. 69-87, 1992.
- DUNFORD, M. . Trajetórias industriais e relações sociais : nas regiões de novo crescimento econômico. In: In: BENKO, G. e LIPIETZ. A. . *As regiões ganhadoras: Distrito e Redes – Os novos paradigmas da geografia econômica*. Oeiras(PT): Celta, 1994.
- FIORI, J. L. . (org.). Estados, moedas e desenvolvimento. In: FIORI, J. L. . *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- FRANTZ, W. . A experiência dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul. In: Becker, D. . PRÓ-RS II – Por uma organização pró-desenvolvimento regional do Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002a.
- GARNSEY, E. et LONGHI, C. . Auto-organisation et émergence des milieux innovateurs. *Revue d'Économie Régionale et Urbaine*. Paris: Adiccueer, 513-532, 1999.
- GRAMSCI, A. . . Cadernos do Cárcere – Introdução ao estudo da filosofia – a filosofia de Benedetto Croce. 2ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2001. (Vol. 1).

- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- KUMAR, K. . *Da sociedade pós-industrial à sociedade pós-moderna*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- LEITE, M. A. P.. *Destruição ou desconstrução*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MORIN, E. e KERN, A. B. *Terra Pátria*. Porto Alegre: Sulina, 1995.
- NICOLESCU, B. . *O manifesto da transdisciplinaridade*. São Paulo: TRIOM, 1999.
- OLIVEIRA, C. A. B. . *O processo de industrialização – do capitalismo originário ao capitalismo atrasado*. Campinas (SP): IE/UNICAMP, 1985. (Tese de Doutorado em Economia).
- PERRET, B. e ROUSTANG, G. . *A economia contra a sociedade*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.
- POLANYI, K. . *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- PUTNAM, R. D. . *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- SACHS, I. . *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.
- SCHWARTZ, G. . *O capital em jogo: Fundamentos filosóficos da especulação financeira*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- STREETEN, P. . Globalização: ameaça ou oportunidade? IN: ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M; ABRAMOVAY, R. . (Orgs) Razões e ficções do desenvolvimento. São Paulo: EDUSP; EDUNESP, 2001.
- THUROW, L. C. . *O futuro do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.